

JULGAMENTO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº 002/2023

Credenciamento nº 001/2023

Objeto: Chamamento Público para credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais do Estado de Santa Catarina (pessoas físicas) para realizarem, mediante contrato específico, leilões de bens patrimoniais móveis em desuso (veículos, equipamentos, mobiliário e outros), inservíveis de propriedade do município de Otacílio Costa (SC)

Recorrido: Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Otacílio Costa.

1. Relatório.

Trata-se de análise de Recurso interposto TEMPESTIVAMENTE pelo Sr. Diego Wolf de Oliveira, Leiloeiro Público Oficial, contra decisão do Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Otacílio Costa, que habilitou no edital de credenciamento nº 001/2023, os seguintes participantes:

Grupo 01: Jorge Vinicius de Moura Correa e Rafael Ceretta Alegranzi.

Grupo: Osmar Sergio Costa; Michele P. da Rosa Sandor; Vanessa Priscila Brassiani; Simone Wenning; Roger Wenning; Julio Ramos Luz; Diógenes Valério Jorge; Marcus Rogério Araújo Samoel; Paulo Roberto Worm; Marileia May; Anderson Luchtenberg; Aridina Maria do Amaral; Sabrina da Silva Pereira Eckelberg; Itamar Coraci Xavier de Liz.

Aduz o recorrente, que os participantes acima identificados, formam sociedade de fato, o que vai em desacordo com o Prejulgado 614 do TCE/SC, bem como, Decreto nº 21.981/32. Informa ainda a existência de decisões administrativas e judiciais que teriam acolhido sua tese em outros municípios, pugnando, dessa forma, pela inabilitação dos participantes.

Em sede de contrarrazões, em síntese, os recorridos pugnaram pela manutenção de suas habilitações.

É o relatório. Passamos a análise e julgamento.

2. Da análise e julgamento.

Em primeiro momento, é válido destacar que a Comissão Permanente de Licitações deste município habilitou, inicialmente, todos os leiloeiros citados no recurso, tendo em vista que todos os documentos apresentados estavam na legalidade e dentro dos meandros burocráticos pertinentes a condução do processo licitatório.

Ademais, apresentaram a documentação em envelopes separados, plenamente nos termos exigidos no edital, em nenhum momento quaisquer documentos, práticas ou semelhantes levaram a Comissão a crer que os recorridos exercem uma sociedade de fato.

Realizadas as considerações acima, no mérito, não podemos considerar que o compartilhamento de endereço eletrônico e/ou telefone por leiloeiros, aliado à realização e divulgação conjunta de leilões em sites cuja propriedade de apenas um, induz à formação de uma sociedade empresária.

Ademais, em consulta a legislação e a jurisprudência não localizamos, qualquer vedação legal para um sistema de parceria, inclusive neste sentido foi a decisão exarada pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração no Recurso ao DREI nº 14021.130060/2022-36, juntado aos autos pelos

recorridos, no sentido de que não há vedação legal para compartilhamento de sites ou salas de escritórios, por leiloeiros.

Conforme bem explicitou a decisão mencionada, médicos, advogados e outros profissionais compartilham seus endereços e telefones com outros colegas de profissão, com finalidades de diminuir despesas, construir uma rede de apoio e afins, embora atuam individualmente em suas funções.

Assim, não obstante as razões do Recorrente esclarece-se que não cabe a esta Administração efetuar esse tipo de fiscalização, mas sim aos integrantes do próprio órgão de Leiloeiros, bem como, tomar as providências junto ao órgão fiscalizador sobre eventual descumprimento da legislação atinente a proibição e atividade de leiloeiro.

O recurso apresentado pelo recorrente, Sr. Diego Wolf de Oliveira, preenche os requisitos legais da admissibilidade, mas no mérito há que se negar provimento.

Tal medida coaduna-se com os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo do certame.

3. Decisão.

Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pelo conhecimento do presente recurso, para no mérito julgá-lo IMPROCEDENTE, mantendo a habilitação dos leiloeiros Jorge Vinicius de Moura Correa, Rafael Ceretta Alegranzi, Osmar Sergio Costa; Michele P. da Rosa Sandor; Vanessa Priscila Brassiani; Simone Wenning; Roger Wenning; Julio Ramos Luz; Diógenes Valerio Jorge; Marcus Rogério Araújo Samoel; Paulo Roberto Worm; Marileia May; Anderson Luchtenberg; Aridina Maria do Amaral; Sabrina da Silva Pereira Eckelberg; Itamar Coraci Xavier de Liz, por seus próprios fundamentos.

Encaminho esta decisão à Autoridade superior para análise e decisão do referido recurso.

Otacílio Costa/SC, 09 de março de 2023.


Rodrigo Barth Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**JULGAMENTO DE RECURSO
DECISÃO**

**Processo Administrativo nº 002/2023
Credenciamento nº 001/2023**

Relativamente à análise exarada pela Comissão Permanente de Licitações, através de seu Presidente, Sr. Rodrigo Barth Pereira, recebo o recurso interposto pelo Leiloeiro Público Oficial, Sr. Diego Wolf de Oliveira, considerando ter sido apresentado de forma tempestiva. A decisão está devidamente fundamentada e encontra-se motivada.

Isso posto, sem mais a evocar, CONHEÇO o recurso administrativo interposto, e no mérito NEGO PROVIMENTO mantendo a decisão da ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E LISTA DE CLASSIFICAÇÃO, no Processo Licitatório nº 002/2023 – Credenciamento nº 001/2023.

Informe-se na forma da Lei.

Após, encaminha-se o processo ao Setor de Licitações para prosseguimento do feito.

Otacílio Costa/SC, 09 de março de 2023.

Assinatura eletrônica de Fabiano Baldeasar de Souza
FABIANO BALDESSAR
DE SOUZA.01746893907
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito Municipal